

BOLETIM DE LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS DO TJMG

Periodicidade: semanal

Nº 236 – Setembro/2012

Período de: 08/09/2012 a 14/09/2012

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEJ disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

ATOS NORMATIVOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PROCEDIMENTO JUDICIÁRIO Nº 5	DJE/STF; 12/09/2012	Dispõe sobre orientações em caso de problemas na emissão de Guia de Recolhimento da União – GRU Cobrança prevista nas Tabelas de Custas do STF.	Proc. Judic. 5 (Site do STF)

ATOS NORMATIVOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RECOMENDAÇÃO Nº 7, da Corregedoria Nacional de Justiça	DJE/CNJ; 11/09/2012	Dispõe sobre a prioridade na tramitação de inquéritos e processos criminais em que figurem indiciado, acusado, vítima ou réu colaboradores, vítima ou testemunha protegidas, nos termos da Lei nº 9.807/1999, atualizada pela Lei nº 12.483/2011..	Recom. 7 (Site do CNJ)

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
LEI Nº 10.524	DOM.; 11/09/2012	Acrescenta parágrafo ao art.123 da Lei nº 8.616/03, que “Contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte”.	Lei 10.524 (Site da PBH)

ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 2.787	DJE; 13/09/2012	Designa Juiz de Direito para auxiliar os trabalhos da Presidência do Tribunal de Justiça.	Port. 2.787 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 2.788	DJE; 13/09/2012	Designa Comissão destinada a promover os inventários, físico e financeiro, relativos ao encerramento do exercício de 2012.	Port. 2.788 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 2.789	DJE; 14/09/2012	Dispõe sobre a recomposição de Turmas Recursais de Grupos Jurisdicionais do Estado de Minas Gerais.	Port. 2.789 (Site do TJMG)
PORTARIA DA 1ª VICE-PRESIDÊNCIA 6	DJE; 11/09/2012	Estabelece procedimentos sobre a juntada de Recursos Especiais, Extraordinários e dá outras providências.	Port. 1ª Vice 6 (Site do TJMG)

PORTARIA DA 1ª VICE-PRESIDÊNCIA 7	DJE; 12/09/2012	Estabelece procedimentos sobre a disponibilização de decisões proferidas em juízo de admissibilidade de recursos especiais e extraordinários na rede mundial de computadores - Internet - e dá outras providências.	Port. 1ª Vice 7 (Site do TJMG)
RESOLUÇÃO Nº 703	DJE; 14/09/2012	Regulamenta a distribuição de cargos lotados na Comarca de Lagoa Santa pelo art. 1º da Resolução nº 549, de 29 de novembro de 2007.	Res. 703 (Site do TJMG)
RESOLUÇÃO Nº 704	DJE; 14/09/2012	Altera o art. 3º da Resolução nº 701, de 13 de junho de 2012.	Res. 704 (Site do TJMG)

ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 2.324	DJE; 13/09/2012	Dispõe sobre a concessão, no âmbito do Estado de Minas Gerais, de autorização de viagem nacional de crianças pelos pais ou responsáveis ou judicial.	Diário do Judiciário Eletrônico, disponível no site http://dje.tjmg.jus.br ou Base de atos normativos da Corregedoria Geral de Justiça, disponível no portal http://www.tjmg.jus.br/corregedoria/codigo_normas/
PORTARIA Nº 2.330	DJE; 12/09/2012	Implanta, como experiência piloto, o sistema "Processo Judicial Eletrônico – PJe" na 1ª, 2ª e 3ª Varas Regionais do Barreiro, restrito às ações de divórcio consensual e dá outras providências.	
PROVIMENTO Nº 237	DJE; 12/09/2012	Acrescenta dispositivo ao art. 49 do Provimento nº 161, de 1º de setembro de 2006, que codifica os atos normativos da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais.	

RECOMENDAÇÃO Nº 24	DJE; 12/09/2012	Recomenda aos Juizes de Direito com atribuição para infância e juventude, que realizem, todo ano, audiências concentradas nos meses de abril e outubro, com objetivo de verificar a situação pessoal, processual e procedimental de crianças e adolescentes institucionalizados, nos termos da Instrução Normativa nº 02/CNJ/2010, com posterior envio dos resultados das audiências à Coordenadoria da Infância e da Juventude, devendo constar: o número de crianças e adolescentes atendidos; o número de equipamentos visitados; o número de audiências realizadas; o número de crianças e adolescentes colocados em família substituta, na modalidade de guarda, tutela ou adoção, em razão das audiências concentradas; o número de crianças e adolescentes que tiveram ações de destituição do poder familiar ajuizadas em decorrências das audiências concentradas; e o número de situações mantidas e alteradas referentes às crianças e adolescentes institucionalizados.	
---------------------------	--------------------	---	--

Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Documentação e Biblioteca

Sugestões ou críticas: E-mail: cobib@tjmg.jus.br